

Entre o tempo e espaço: Um Estudo sobre a História Geográfica e o estudo das fronteiras

Rafael Amaro da Silva

Resumo

O presente artigo tem como objetivo fazer um debate sobre a pesquisa na área Histórica Geográfica e sua influência no debate de fronteiras nos estudos históricos. Passando por geógrafos e historiadores do final do século XIX e início do XX, como Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache e Lucien Febvre, analisando como suas contribuições para o estudo do espaço (Geografia) e tempo (História) em uma perspectiva humana levaram a debates sobre os estudos sociais de fronteira em suas mais diversas percepções do conceito, desde frente pioneira de frente a fronteira selvagem de Frederick Jackson Turner e Sérgio Buarque de Holanda, até indicações de estudos mais recentes como de Flávio dos Santos Gomes, Shirley Nogueira, Márcia Naxara e José de Souza Martins, com as suas diversas possibilidades sobre o debate fronteiriço nos estudos das ciências sociais e históricos.

Palavras-Chave: História Geográfica, Fronteira, Espaço

Abstract

This article aims to make a debate about research in the Geographic Historical area and its influence in the debate of borders in historical studies. Going through geographers and historians of the late 19th and early 20th centuries, such as Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache and Lucien Febvre, analyzing how their contributions to the study of space (Geography) and time (History) in a human perspective led to debates on social frontier studies in their most diverse perceptions of the concept, from pioneering front to the wild frontier of Frederick Jackson Turner and Sérgio Buarque de Holanda, to indications of more recent studies such as Flávio dos Santos Gomes, Shirley Nogueira, Márcia Naxara and José de Souza Martins, with their diverse possibilities on the frontier debate in the studies of social and historical sciences.

Keywords: Geographic History, Frontier, Space

Introdução

O estudo da História Geográfica deve ser debatido com os conceitos de Sertão, Fronteira, Espaço, Paisagem, região, civilização, ou seja, todos os lugares de estudo da

história e da geografia. Porém, necessitam ser debatidos com a lógica historiográfica de seu tempo e espaço. É importante enfatizar, que tais conceitos são construídos em debates e reformulações de Claude Raffestin que afirma: “os conceitos precisam ser derivados uns dos outros, por meio de uma teoria possível, com uma utilidade pois vivemos em uma ecogênese” (RAFFESTIN, 2010, p. 14).

A utilidade a qual Raffestin relaciona a uma ecogênese, referindo-se a um conceito geográfico, que não se deve excluir dos estudos históricos, levando a uma multiplicidade de construtos narrativos encontrados na pesquisa, seja pelas fontes, seja pela própria escola historiográfica que a define. Para o historiador, deparar com essa multiplicidade é como uma “anarquia metódica na pesquisa histórica” (RÜSEN, 2007, p. 107) que não deve ser ignorada, mas sim debatida e ressignificada em cada tempo e espaço da produção historiográfica; observados os discursos e as análises que o autor defende.

A produção historiográfica, que trata da produção histórica e suas tendências filosóficas tendem a se pensar; como a mesma surge e se desenvolve, entre as obras das historiografias de sua época. Observando que a filosofia da história possui diversas tendências ao longo de sua construção como saber histórico. Desta forma é importante analisar como o campo da pesquisa estuda a si mesma.

Ciro F. Cardoso, nos apresenta uma mudança na virada do milênio; entre os historiadores, apontando a metahistória, como um momento de incertezas do tempo e das teorias da história, ou seja, a pesquisa se torna mediante aos debates da filosofia e da pós-modernidade muito relativos em conceitos e métodos, o que levam a um relativismo epistemológico, na defesa das “certezas” históricas. Mesmo defendendo a existência de outros escritos historiográficos como a história cultural, que surge com uma concepção polissêmica das interpretações culturais, as certezas históricas passam a ser relativizadas (CARDOSO, 2005). Porém, antes mesmo dessa “crise” das ciências sociais, a história buscava repensar no campo mais “sólido” em arguições não debatidas, com questionamentos inquietantes.

Um dos questionamentos mais significantes surgiu ainda na primeira metade do século XX, com a escola dos *Annales*, já que propõe uma nova história, longe da zona de conforto do estudo do tempo, com questão posta por Marc Bloch: “Para que serve a história?”, desta forma, ao filosofar a pergunta, buscando em breve contextualização histórica. Bloch levanta a utilidade de divertir e saciar nossa curiosidade, porém, por trás do questionamento, vem

uma tentativa de legitimar a história, dando alguma importância à mesma. Por sua vez, Lucien Febvre justifica que a história busca o estudo do passado, como uma necessidade do presente, de forma a cumprir uma função social da história.

Buscando essa função social, devemos perceber que a mesma se constrói em seu tempo e espaço. Johnny Alarcón Puentes e J. L. Mozant Gavídia nos apresentam que a história, e a historiografia, se apresentam como uma “ciência em construção”, onde os historiadores não buscam consolidar verdades, mas sim, interpretar e argumentar o passado. Desta forma, ele debate a questão da objetividade e subjetividade na história, afirmando que o historiador assume uma postura da transobjetividade, que surge das subjetividades do fato histórico, por outro lado, que a pesquisa se apresenta, como representações construídas das práticas historiográficas, ou seja, não existem verdades absolutas e sim interpretações feitas pelos historiadores, mesmo que os meios de comunicações defendam uma verdade que se torna coletiva. (PUENTES & GAVÍDIA, 2007, p. 297-309).

Desta forma, Puentes e Gavídia afirmam que com a pós modernidade se passa a repensar os conceitos da história, e assim, desconstroem, para depois refletir e construir novos conceitos dentro do conhecimento histórico. Assim, os autores relativizam a história como ciência moderna, que não busca uma única verdade, mas tenta perceber as múltiplas verdades construídas. Por fim, a história tenta se rever metodologicamente, se afastando da objetividade do positivismo e se reconstruindo enquanto conhecimento, em desenvolvimento constante.

Voltando à primeira metade do século XX, deve observar, que foi Marc Bloch que definiu a história, como o estudo do homem no tempo, e dessa forma, definiu o tempo como espaço do historiador, porém o tempo se manifesta no espaço, e assim entramos no assunto em questão, e como o conceito de história geográfica de Lucien Febvre, influenciado por Vidal de La Blache, em sua geografia do lugar, justifica a oposição a antropogeografia de Ratzel da escola Alemã (a geografia humana), se constrói na primeira metade do século XX. Dessa forma, é necessário entender tais debates para compreender a construção da história geográfica.

Ratzel e a Geografia Humana

Ratzel teve como principal obra, o livro *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História* (1882), na qual afirmava, que as condições naturais moldaram a cultura humana, desenvolvendo o que se conhece como geografia humana.

Segundo Guilherme Ribeiro “ao emprestar à Geografia, o caráter de estudo das relações, entre o solo e as sociedades humanas, ele situa uma questão primordial, que permeia a trajetória daquela mesma, antes da institucionalização” (RIBEIRO, 2009, p. 126), ou seja, Friedrich Ratzel estabelece uma geografia humana, dentro dos estudos das ciências humanas.

Sua contribuição no estudo da geografia, se repercute como um pesquisador interdisciplinar, no olhar geográfico, não se limitando ao estudo espacial restrito da ciência geográfica. Desta forma Marcos Carvalho define Ratzel da seguinte forma:

Ratzel poderia ser considerado como uma espécie de figura emblemática, cujas obras sintetizavam muitas daquelas necessidades dos diálogos disciplinares a que nos referimos há pouco. (...)A insistência ratzeliana, que pode ser verificada em algumas de suas principais obras, no sentido de estabelecer cruzamentos históricos, biológicos, políticos, geográficos, culturais, etc., para explicar os diversos aspectos, físicos naturais ou humano culturais, das paisagens e das comunidades humanas, caminhava a contrapelo das correntes preponderantes do conhecimento científico da época. Sendo assim, Ratzel tornou-se uma espécie de alvo preferencial de sociólogos, antropólogos, geógrafos ou historiadores, que interessados em afirmar caminhos de identidade corporativa, observavam apenas aquilo que julgavam como os equívocos de suas teses. (CARVALHO, 1997).

Ao observamos a obra de Ratzel, percebemos uma obra interdisciplinar, onde há importância de diversas áreas, para se entender o espaço e as ações humanas no mesmo; o que levou a diversas críticas em sua época. Nesse contexto, é possível perceber como a influência da história foi marcante na produção acadêmica de Ratzel, propondo uma geografia política, em sua abordagem não fechada, como ele mesmo afirma em sua obra *Antropogeografia*:

Em uma época como a nossa, na qual, por efeito da especialização, cada uma das ciências é dividida em um grande número de pequenos estudos particulares, é uma verdadeira felicidade que na ciência geográfica tal fracionamento não seja ainda muito acentuado, de forma que a investigação possa ser dirigida e conduzida sobre uma base ampla, possibilitando a descoberta de campos investigativos completamente novos.”(RATZEL, 1909, p. 60).

Dessa forma, Ratzel revoluciona a forma de se perceber o estudo do espaço, e dá um passo ao que chamamos de história geográfica. Porém, sua centralização na figura do estado, sua geografia mais política do que humana, ao afirmar “(...) o que permanece por fazer, a partir de agora, a fim de alçar a um nível superior o conjunto da geografia política, somente pode vir do estudo comparativo das relações, que empreendem o Estado e o solo”(RATZEL, 1988[1897], p. 2), faça dele um espaço para crítica de outros pesquisadores como Paul Vidal

de La Blache, ao desenvolver uma geografia humana, sujeita às ações da sociedade, do homem, do ambiente e do meio, ou seja, cria uma relação regional da geografia humana.

A crítica de La Blache e a reformulação da geografia humana

Lucien Febvre por sua vez, faz uma crítica ao modelo de Ratzel, porém, antes para entender suas críticas, é necessário entender como Vidal de La Blache abriu as possibilidades críticas à obra de Ratzel, geógrafo na geografia e na sua percepção das ciências sociais, que influenciou tanto Febvre como Braudel. Para José D'Assunção Barros:

O modelo geográfico de Vidal de La Blache constituiu-se por oposição escola geográfica além, que se constituía em torno de Ratzel. Enquanto este era francamente determinista, atribuindo uma influência quase linear do meio sobre o destino humano, Vidal de La Blache trabalhava mais propriamente com a ideia de um possibilismo geográfico. Isto significa que, ainda que colocando o meio geográfico no centro da análise da vida humana, Vidal de La Blache buscava enfatizar as diversas possibilidades de respostas que podiam ser colocadas pelos seres humanos diante dos desafios do meio. (BARROS, 2006, p. 465-466).

Tal posicionamento frente a análise do ser humano e aos estudos das ciências humanas ante a uma análise determinista, fez da análise Vidal de La Blache uma referência frente aos historiadores da escola dos Annales, devido ao “O excessivo papel conferido por Ratzel ao solo, vinculando-o ao Estado, à geopolítica e à vida social como um todo era algo inaceitável para Febvre”^(RIBEIRO, 2009, p. 127).

La Blache se posicionava com um caráter mais crítico, frente às realidades locais, fazendo uma dura crítica à geografia política de Ratzel, apresentando a inviabilidade de sua generalização, ao abordar uma geografia, com o estado como centro das características humanas, já que Ratzel vinha de uma tendência a ignorar as variedades locais e diversidades culturais e suas percepções sobre o espaço. Segundo Vidal de La Blache:

A geografia política constitui, em sentido estrito, um desenvolvimento especial da geografia humana. (...) nas aplicações da geografia ao homem, trata-se sempre do homem por sociedades ou por grupos, de modo que se pode crer autorizado a dar ao nome de geografia política um sentido mais amplo, e estendê-lo ao conjunto da geografia humana. (LA BLACHE, 1898, p. 98).

Observa-se uma crítica de La Blache à geografia política de Ratzel, afirmando que as características geográficas dependem de uma regionalidade específica de cada grupo humano, para ser debatida e estudada. Essa crítica é enfatizada quando La Blache reflete a geografia Política de Ratzel e afirma que a mesma, se utiliza para se justificar, e justificar

seus argumentos e interesses, porém, as relações ignoram que quando o espaço é habitado pelo homem surgem diversas lógicas acerca do espaço, já que uma montanha, um rio, ou uma ilha podem servir ao homem de várias formas em suas necessidades específicas em seu tempo e espaço. (LA BLACHE, 1898)

Existe nesse ponto um conflito teórico, Guy Mercier afirma que ao comparar Ratzel e La Blache, é comparar “determinismo” e “possibilismo”, porém esse “possibilismo”, associado a La Blache, nunca foi defendido ou afirmado pelo mesmo, mas uma definição “pós-vidaliana” (MERCIER, 1995, p. 7-8). O que de fato existia uma um debate da geografia em panorama sobre seu viés teórico e suas visões sobre o espaço e suas relações com as culturas humanas, seja por um óptica política, seja por um local com as possibilidades regionais.

Febvre e os combates no território científico

Observado tal debate “pós-vidaliana”, Febvre se destaca por fundamentar sua crítica a Ratzel com base na obra de La Blache, o que foi de grande influência para o estudo de uma história geográfica, principalmente pelo estudo de sua obra “O Reno”, em que estuda um Rio (O Reno), como um agente histórico sofrendo diversas influências e ressignificações no seu processo histórico. Tal abordagem modifica as análises historiográficas, pois apresenta um elemento natural, um rio como uma construção humana cheia de significados, ao longo do tempo em um espaço específico.

É importante perceber que La Blache é o ponto fundamental para essa abordagem histórica em associação à geografia, é inegável “(...) a contribuição deste geógrafo com relação às noções de espaço e de região que veremos em diversas obras de Lucien Febvre, e mais tarde no Mediterrâneo de Fernand Braudel(...)” (BARROS, 2006, p. 465) ou seja, a produção de La Blache foi fundamental para a produção histórica da escola dos *Annales* em sua fundamentação teórica e crítica.

A importância de Febvre no debate, envolvendo a concepção de Ratzel e La Blache, está no divisor de águas estabelecido pelo historiador francês, e seu ataque direto ao geógrafo alemão denominando de “determinista” e “dogmática”, “uma rapina audaciosa dos domínios reservados aos economistas e aos sociólogos” (FEBVRE, 1925, p. 47), tal

posicionamento também definiu La Blache como “possibilista” e enfatizou o trabalho de La Blache como uma Geografia possível.

Guilherme Ribeiro em seu texto a “*Para ler geografia ou a geografia segundo Lucien Febvre*” apresenta como Lucien Febvre foi fundamental na interdisciplinariedade no campo historiografia, porém ressalta as ressalvas dos historiadores da escola dos *Annales* com as outras áreas do conhecimento, utilizando-as como “uma bula a ser lida atentamente cujo remédio deve ser tomado em doses homeopáticas” (RIBEIRO, 2009, p. 123). Tal posição apresentava uma distância da história, porém com uma utilização necessária de outras áreas do conhecimento.

Esse posicionamento de Febvre, mesmo combativo, levou a se repensar a história por um olhar do espaço, possibilitando posteriores análises como de Fernand Braudel em sua obra sobre o Mediterrâneo e as linhas historiográficas que surgiram posteriores como a história regional, os estudos de fronteiras e história e natureza, história ambiental.

Linhas de estudo da história geográfica e o estudo de fronteiras

Quando se abordam os conceitos históricos relacionando a outras áreas, como a geografia, se estabelecem linhas de pesquisa, voltadas para várias áreas de estudo, como a história regional que deriva da história agrária (LINHARES, 1995, p. 17-26), possuindo um amplo número de pesquisadores como Manuel Miño Grijalva⁽²⁰⁰²⁾ e Pere Petit⁽¹⁹⁹⁹⁾, o que possibilitou uma ampla produção do debate regional na pesquisa histórica. Outra linha é a história ambiental, que surge como um viés do estudo História e Natureza tendo como e na ação humana no meio natural uma abordagem diversa sobre o debate, seus principais pesquisadores são Keith Thomas⁽¹⁹⁹⁶⁾, Simon Schama⁽¹⁹⁹⁶⁾, Donald Worster⁽¹⁹⁹²⁾ e Alfred Crosby⁽²⁰¹¹⁾. Mas esse trabalho pretende focar em uma linha específica da história geográfica: o estudo de Fronteira.

Mas para podermos definir tal fronteira, se faz necessário que antes sejam estabelecidos alguns conceitos, o que direciona esta pesquisa a um caminho que leva em consideração a questão tempo espacial como constante, uma vez, que esta ecogênese citada por Raffestin está relacionada ao processo de restauração do ambiente (espaço) mais próximo do original, porém nunca igual, pois o tempo é dinâmico e é impossível voltar ao

que já ocorreu. Em outras palavras, toda pesquisa historiográfica é direcionada a partir de um olhar em um tempo e espaço.

O tema fronteira vem sendo levantado há um longo tempo, nas Ciências Sociais, como eixo principal ou secundário de diversas pesquisas. Porém, desde a primeira metade do século XX, já existem trabalhos voltados para o tema “fronteira”. Nos Estados Unidos com Frederick Jackson Turner (1996) e no Brasil com Sérgio Buarque de Holanda (1995) temos uma preocupação maior com a fronteira americana e sua importância na conquista do território e sua influência na construção de uma identidade americana única. Enquanto isso, na França, Lucien Febvre “estabelece as bases de uma colaboração orgânica entre geógrafos e historiadores” (PERLATTO, 2010).

A importância de Turner para a história americana é definida por Maria Aparecida de S. Lopes como um marco no estudo não somente territorial, mas também como referência teórica ideológica, sobre a cultura do novo mundo, especificamente, dos Estados Unidos. A autora define que:

A partir de Turner a análise da fronteira do American West transformou-se numa área específica de estudos e, mais de que um capítulo de história regional, a pesquisa sobre o Oeste, à qual se dedicaram várias gerações de historiadores, passou a representar um empreendimento por conhecer a essência da experiência estadunidense. (LOPES, 2003, p. 14)

Turner estabelece a fronteira americana como algo singular, diferente das concepções europeias, já que, para ele a América possui características únicas, o que é compreensível se for levado em conta, o ponto de vista em que cada momento histórico é único no tempo e espaço, pois a influência do tempo (momento histórico) e do espaço (características geográficas, culturais, políticas, econômicas e sociais) é determinante nos fatos históricos ocorridos. Segundo Turner, essa particularidade, norte-americana em relação à ideia de fronteira europeia é definida da seguinte forma:

A fronteira americana é nitidamente distinguida da fronteira europeia como uma linha de fronteira fortificada que atravessa densas populações. A coisa mais significativa sobre a fronteira norte-americana é que ela está na outra extremidade da terra livre. (...) Devemos considerar a linha da fronteira, incluindo toda a comunidade indígena e a das "áreas liquidadas" dos relatórios de censo. (TURNER, 1996, p. 1).

Ou seja, a grande diferença entre o conceito de fronteira norte-americana e europeia consiste no limite estabelecido, pois na Europa limites são definidos política e legalmente com outras nações, enquanto que no conceito norte americano a fronteira consiste na figura do selvagem, do bárbaro, e do natural. Nesse sentido, as comunidades indígenas são postas

como parte do “vazio” da “margem externa”, e a “conquista do Oeste” é apresentada como à “conquista da fronteira” americana. Contudo, não se pode entendê-la como uma fronteira política internacional, mas sim como uma fronteira “nacional” sobre o “selvagem”. Partindo dessa concepção, Turner aponta o surgimento de uma “nova fronteira”, que vem de um contexto e personagens novos, mais especificamente: o colono. Como nos mostra a citação abaixo:

Na colonização da América temos que observar como a vida europeia entrou no continente, e como a América modificada e desenvolvida reagiu a Europa. Nossa história no início é o estudo de germes europeus desenvolvidos em um ambiente americano. Muita atenção exclusiva foi dada por estudantes de instituições de origens germânicas, muito pouco para os fatores americanos. (TURNER, 1996, p. 1).

Nesta citação, é possível observar a crítica de Turner a escola historicista alemã, ao afirmar que a base bibliográfica não foi realizada por pesquisadores norte-americanos, mas sim realizada por pesquisadores “germânicos”, ou seja, os “fatores americanos” são desprezados, pois não existe um conhecimento “real” da colonização norte americana e do jeito americano. Nesse sentido, ele continua sua justificativa afirmando:

A fronteira é a linha de americanização mais rápida e eficaz. Os colonos são mestres na região selvagem. Ele (colono) encontra-se como europeu na vestimenta, nas indústrias, nas ferramentas, nos modos de viagem e pensamento. Leva no vagão de trem e coloca-o na canoa de bétula. Descasca as vestes da civilização e matrizes na camisa de caça e mocassim. Ele entra na cabana do Cherokee e Iroquois e executa uma paliçada indiana em torno deles. Pouco tempo depois ele foi para o plantio de milho e aração com um pau afiado, ele grita o grito de guerra e leva o couro cabeludo na moda indiana ortodoxa. Em resumo, na fronteira o ambiente é demasiado forte para o homem. Ele deve aceitar as condições que ela fornece, ou perecer, e assim ele se encaixa nas clareiras indígenas e segue as trilhas indígenas. Pouco a pouco, ele transforma o deserto, mas o resultado não é a velha Europa (...) o fato é que aqui é um novo produto que é americano. A princípio, a fronteira foi a costa do Atlântico. Foi a fronteira da Europa, em um sentido muito real. Movendo para o oeste, a fronteira se tornou mais e mais norte-americana. (...) de modo que cada fronteira deixa seus traços por trás dele, e quando se torna uma área resolvida a região ainda participa das características de fronteira. Assim, o avanço da fronteira significou um movimento de constante influência europeia, um crescimento constante de sua independência em linhas americanas. E para estudar este avanço, os homens que cresceram sob estas condições, e os resultados políticos, econômicos e sociais do mesmo, é estudar a parte realmente americana de nossa história. (TURNER, 1996, p. 1-2)

Na citação acima, Turner mostra que a diversidade cultural da fronteira apresenta uma miscelânea cultural, no qual, o europeu (com seu vestiário, indústrias, ferramentas, modos de viajar, e pensamento) e os indígenas (com seu conhecimento de sobrevivência na terra e seus rituais) juntam suas qualidades formando um “povo” superior: o americano. E esse

colono americano, não pode ser considerado europeu, já que a fronteira europeia acaba na “costa do Atlântico”, e mesmo avançando para o oeste o colono deixa a sua “dependência” do Velho Mundo e a cada fronteira conquistada se estabelece a uma nova característica, como parte do choque cultural dos grupos existentes no novo território.

É visível que seu discurso vem de uma autoafirmação da superioridade e identidade estadunidense, onde a conquista da fronteira vem de uma cooperação do colono com o Estado, sendo este último o motivador e elaborador da construção da Nação, deixando marginalizados grupos como os escravos, indígenas, imigrantes, ou seja, as minorias.

Turner escreve sua obra em um momento em que os Estados Unidos passavam por uma crise econômica, e ele apresenta a “experiência americana” como o momento em que os “pioneiros” partiram em direção ao “Oeste”, rumo ao desenvolvimento, e progresso, e seu discurso não poderia deixar de apontar, a suposta superioridade americana frente aos obstáculos, os tornando com seu discurso o povo superior em todos os sentidos.

No Brasil, Sérgio Buarque de Holanda se aproxima de Turner, em sua obra “*Caminhos e fronteiras*” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995a), abordando a importância do bandeirante na conquista do território brasileiro. Na obra, Holanda se preocupa primordialmente na formação de uma identidade nacional sertaneja, diferente da sua obra “*Raízes do Brasil*” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995b), na qual na época da sua construção, o autor voltou sua atenção mais para o litoral. Em “*Caminhos e Fronteiras*”, o autor identifica o colono do sertão como um agente histórico fundamental na definição do território do Brasil, essa característica o aproxima muito da proposta de Turner, uma vez que Holanda define a fronteira como que está em constante movimento. Além disso, o autor ressalta a importância da diversidade cultural na formação do conceito de fronteira brasileira, mesmo que existam em sua percepção, elementos que predominem sobre outros como na descrição abaixo.

Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbólicos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos, ou melhor, equipados. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 12-13)

Tanto o colono de Turner, quanto o bandeirante de Sérgio Buarque de Holanda apresentam a importância do conhecimento indígena na conquista do Novo Mundo, e em ambas as análises tal “conhecimento” é apreendido de forma pacífica, não transparecendo o conflito cultural, territorial e ideológico entre colono e nativo.

Essa perspectiva entra em choque com pesquisas mais recentes como a de José de Souza Martins (MARTINS, 2009) e seu discurso sobre as perspectivas fronteiriças, ao criticar a ideia de frente pioneira, que ignora as populações locais como agentes ativos e toma como princípio a frente de expansão. Como pode ser notada, essa visão, difere bastante dos conflitos existentes entre colonizador e população nativa, encontrado nas obras de Sérgio Buarque de Holanda e Turner, onde o indígena é considerado como parte da formação do colono, que utiliza os conhecimentos indígenas de sobrevivência no ambiente natural, e traz consigo as tecnologias europeias na construção do mundo americano. (WEGNER, 2000.)

Em pesquisas mais recentes os grupos indígenas recebem um olhar mais atento. Podemos citar a experiência latina americana da participação indígena na formação das fronteiras nacionais e civilizatórias. Podemos citar, por exemplo, o trabalho sobre a influência da cultura Mapuches na construção da identidade nacional chilena de Horacio Gutiérrez (GUTIÉRREZ, 2003) e a participação do Estado brasileiro na construção da nacional como uma nação civilizada de Márcia Regina Capelari Naxara (NAXARA, 2003). Nesse sentido, podemos citar também como exemplo Denise Maldí, que afirma o quanto no século XIX se tornava necessária a “civilização” da barbárie e selvagens, incluindo os grupos indígenas não “civilizados”. Sobre esse conflito cultural a autora afirma:

No discurso oficial do século XIX sobre a questão indígena, a visão do espaço é ainda de imensidão, no sentido de que o índio é por excelência “errante” e “nômade”. O nomadismo sempre foi visto como característico da barbárie, e oposto ao sedentarismo, condição indispensável para a civilização. A política indigenista oitocentista reflete claramente esta ideologia do espaço reducionista, concentrado. (MALDI, 1997, p. 210).

Essa visão civilizatória discutida por Denise Maldí se relaciona ao “(...) próprio Estado em expansão uma representação simbólica e ideológica, os conceitos de territorialidade e fronteira estão ligados basicamente ao uso e à ocupação da terra” (MALDI, 1997, p. 212). Desta forma, a pesquisa de Michelle de Barros (BARROS, 2006.) cita a preocupação de grupos de intelectuais, entre eles membros do IHGB, na definição territorial do Cabo Norte, no período final da Cabanagem, o que demonstra a necessidade das elites, em definir o uso da terra enquanto nação soberana.

Os grupos indígenas que são retratados nos dois hemisférios do continente americano (por Turner e Buarque de Holanda) reagiram de diversas formas (ou são descritos de forma diferente). Porém, em ambos os casos, ele é visto como apenas um elemento da paisagem fronteiriça, mas a fronteira em questão se refere ao limite da civilização e a barbárie, ora

levando o indígena como representante da nação na fronteira, ora o apontando como símbolo do “primitivo”, do “selvagem”, do “atraso”.

Dessa forma, esta pesquisa abordará dois conceitos de fronteira o de fronteira política internacional e o de fronteira civilizadora que são bastante pertinentes, já que a colônia militar Pedro Segundo, se encontra em um contexto geopolítico internacional, no qual, há uma “indefinição” territorial dos limites entre Guiana Francesa e Brasil. No entanto, a região é considerada inóspita, erma, e distante da “civilização”.

Nestes dois universos existe uma proposta estatal de implantação da colônia militar no Rio Araguari. José de Souza Martins estabelece como o termo “fronteira” pode ser definido partindo da concepção de fronteira civilizadora, considerando a definição de duas formas de colonização:

Ela (frente de expansão) expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. (MARTINS, 1996.p. 28).

Para Martins, as duas “frentes” se distinguem a partir do interesse do estudo. A noção de frente pioneira vem de uma tendência dos geógrafos, com a preocupação do domínio da natureza em si, através de um avanço pioneiro, e fundamentalmente desenvolvimentista, que tem o empreendedor como figura marcante. Enquanto que a frente de expansão tem uma percepção antropológica que percebe os grupos humanos presentes na região, como os grupos indígenas (que são em sua grande maioria os principais grupos estudados pelos antropólogos), além dos indígenas “também as populações pobres, rotineiras, não indígenas ou mestiças, como os garimpeiros, os vaqueiros, os seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça antiquada e no limite do mercado” (MARTINS, 1996.p. 28) são fundamentais na formação das fronteiras.

A partir desta noção de uma fronteira conflituosa em que o “outro” é constantemente ignorado e pelo “pioneiro”, que está preocupado com o espaço (sob um discurso do vazio demográfico) existe o conflito físico, cultural e político. Partindo deste debate Martins define a fronteira da seguinte forma:

A fronteira é, sobretudo, no que se refere aos diferentes grupos dos chamados civilizados que se situam ‘do lado de cá’, um cenário de intolerância, ambição e morte. É, também, lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo de espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura. O tempo dos justos. Já no âmbito dos diversos grupos étnicos que estão “do outro lado”, e no âmbito das respectivas concepções

do espaço e do homem, a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos. (MARTINS, 2009. p. 9-10)

Partindo desta descrição da fronteira, como um local de conflito entre a “intolerância, ambição e morte”, realidades existentes no cotidiano fronteiriço, e os motivadores de esperança “de redenção, justiça, alegria e fartura”, na colonização de uma “nova terra”, na perspectiva de construção de um novo “lar”, mesmo que se tenha que morrer na expectativa de viver melhor.

Para alguns autores como Ilmar R. de Mattos e Maria Helena Machado o Brasil passava por intensa transformação político-ideológica preocupada em assumir a sua postura de nação, como um país que integra todo seu território, com o objetivo de levar a “civilização” para todas as partes de seu espaço, principalmente nos sertões (MATTOS, 1999. P. 345-370), uma vez que a intelectualidade brasileira ¹ (influenciada pelo Romantismo e Evolucionismo) estava preocupada em construir uma ideia de nacionalidade “pontuada pela exclusão de todos aqueles que não se encaixassem no padrão cultural europeu”. (HENRIQUE, 2003)

Partindo desta análise, a fronteira é a tentativa da “civilização” do selvagem, de conquistar o “bárbaro”, sendo este todo aquele que não segue o estilo de vida europeia. Os estudos regionais e suas pesquisas em locais específicos ganham lógicas próprias como a caso do cabo norte no trabalho de Flávio dos Santos Gomes ao abordar o grande fluxo migratório de pessoas marginalizadas, por exemplo a fronteira do Amapá e a Guiana Francesa que o define como:

A região do Amapá – justamente a que divisava com a Guiana Francesa – era a que mais causava apreensão. Com ajuda de comerciantes e grupos indígenas, negros escravos, tanto do lado português como do francês migravam à procura da liberdade. (GOMES, 1999. p. 232).

Flávio Gomes e Shirley Nogueira apresentam uma rede de solidariedade entre quilombolas, desertores, escravos fugidos, criminosos, trabalhadores pobres levando mais uma preocupação para o governo na região de fronteira no Cabo Norte: “Entre conflitos e solidariedades, índios, livres, mestiços, escravos, negros, fugitivos, libertos e soldados desertores continuavam atormentando autoridades e fazendeiros no Grão-Pará”. (GOMES & NOGUEIRA, 1999. p. 207).

1

Entre estes intelectuais podemos encontrar Couto de Magalhães, Martius e os sócios do IHGB.

Nesta complexidade sociocultural a fronteira se confundia e se delimitava, pois, simultaneamente em que esses “marginais” transitavam pela fronteira e se misturavam na região, a região era definida por ser habitada por esses “marginais”. Se por um lado, as pessoas definem o espaço com que transitam, por outro lado o espaço define seus habitantes. Lucien Febvre estabeleceu a fronteira natural, em sua obra “O Reno”, na qual, “o rio (Reno) desempenhava o papel de limite” (FEBVRE, 2000. p. 80), mas também de identidade, que em cada local de sua extensão se percebia vários “Renos”. A definição de “limite” ao rio mostra como a paisagem possui sua influência e a mesma estabelece fronteiras naturais e culturais. Febvre, afirma que ao longo do rio existem diversas “terras”, ou seja, o rio reflete que em cada margem do Reno existem “países” diferentes.

Considerações finais

Entre as escolas historiográficas de meados do século XX, se constrói uma abordagem de história social e estudos culturais que se influenciam por um estudo interdisciplinar da história. Nos textos de Stuart Hall sobre os estudos culturais de seu livro “Da diáspora – identidades e mediações culturais”, é possível perceber uma influência do estudo histórico de uma abordagem cultural sobre os estudos pós-coloniais e suas abordagens na história; “estudos culturais – dois paradigmas”, no qual, a produção intelectual possui uma relação dialética entre discursos de poder, Hall faz uma abordagem do histórico dos estudos culturais e suas perspectivas sobre a pesquisa no presente e futuro.

Tais abordagem de Hall apontam para a necessidade de se perceber o outro, e estudar o outro como um elemento de identidade em transformação, já que o tempo não permite a estagnação espacial, ou seja, não existe imobilidade especial ao longo tempo.

Os estudos entre a história e a geografia como abordagem interdisciplinar tornam os trabalhos mais ricos em debates e possibilidades de análises, porém, o que torna mais relevante tal percepção é o fato de que não podem separar o tempo do espaço como estudo nas ciências sociais, já que com o reconhecimento das diversas realidades, tanto da espacialidade, quanto da temporalidade a teia do tempo histórico estanha entranhada na espaços geográficos.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço e Tempo: interações necessárias**. In: Varia História, vol. 22, núm. 36, julio-diciembre, 2006, pp. 460-475

BARROS, Michelle Rose Menezes de. **“Germes de grandeza”**: Antônio Ladislau Monteiro Baena e a descrição de uma província do Norte durante a formação do Império brasileiro (1823- 1850). Belém, UFPA (Dissertação Mestrado), 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, ed. Zahar, 1997

BRAUDEL, Fernand. **The Mediterranean and the Mediterranean world in the age of Philip II**. Univ of California Press, 1995

BUARQUE DE HOLANDA, Sergio. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995.

_____. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “A História na virada do milênio: fim das certezas, crise dos paradigmas? Que História convirá ao século 21? ”. In: **Um historiador fala de Teoria e Metodologia**. São Paulo: Edusc, 2005, pp. 151-168.

CARVALHO, Marcos B. de. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). in: **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, nº 34, 10 de junio de 1997

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2011

FEBVRE, Lucien. **O Reno: história, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **La Tierra y la Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la História**. Barcelona, Editorial Cervantes, 1925

GAVÍDIA, J. L. Mozant. “História e Historiografia: construção de novas tendências teóricas”. In: Gilson Pôrto Jr. (org.), **História do Tempo Presente**. São Paulo: Edusc, 2007, pp. 297-309

GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana brasileira”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira – séculos XVIII/XIX**, Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999

GOMES, Flávio dos Santos & NOGUEIRA, Shirley M. S. “Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia Setecentista”. In: **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira – séculos XVIII/XIX**, Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999

GRIJALVA, Manuel Miño. ¿ **Existe la história regional?** História Mexicana, p. 867-897, 2002

GUTIÉRREZ, Horacio. “Fronteiras Indígenas e identidades chilenas no século XIX”. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) **Fronteiras: Paisagens, Personagens, Identidades**. São Paulo, Olho D’Água, 2003. P. 115-132

HALL, Stuart. “Quando foi o Pós-colonial? – Pensando no limite”; “Estudos culturais” e “Estudos culturais e seu legado histórico”. In: Stuart Hall, **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte/UFMG & Brasília/Representação da Unesco, 2003, pp. 101-159 e 199-218

HENRIQUE, Márcio Couto. **O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)**. Belém, UFPA (dissertação de mestrado), 2003

LA BLACHE, Paul Vidal de. **A Geografia Política**: a propósito dos escritos de Friedrich Ratzel. In: Annales de Géographie n. 32, ano 7, 15 de março de 1898 (título original: La Géographie Politique a propos des écrits de M. Friedéric Ratzel). Tradução: Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud

LINHARES, Maria Yedda. “Região e História agrária”. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, 1995. p. 17-26

LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson Turner e o Lugar da Fronteira na América”, in: GUTIÉRREZ, Horacio, NAXARA, Márcia R. C. & LOPES, Maria Aparecida de S. (org.) **Fronteiras: Paisagens, personagens, identidades**. São Paulo, Olho D’água, 2003

MACHADO, Maria Helena P. T. “O olhar imperial sobre a América”. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria & LOKOI, Zilda M. Gricoli (Org.), **História: Fronteiras**, Florianópolis, Humanitas/FFLCH/USP, 1999. P. 345-370

MALDI, Denise. “De confederados a bárbaros”. In: **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, São Paulo: USP, 1997, V. 40 nº2. p. 210

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo, Editora Contexto, 2009.

_____. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira”. In: **Tempo Social**; Revista de sociologia da USP, São Paulo, 1996

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: A formação do Estado Imperial**. Editora HUCITEC, 1986

MERCIER, Guy. A Região e o Estado segundo Friedrich Ratzel e Paul Vidal de La Blache. In: **Annales de Géographie**, n. 583, 1995. Tradução: Guilherme Ribeiro; Revisão Técnica: Rogério Haesbaert

NAXARA, Márcia R. C. e LOPES “‘Encantos’ e ‘Conquistas’ do Oeste: Desvendar fronteiras e construir um lugar político”. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.) **Fronteiras: Paisagens, Personagens, Identidades**. São Paulo, Olho D’Água, 2003. 173-193

PERLATTO, Fernando. “**História e Geografia: Um Diálogo Necessário**” in: <http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/03/artigo-1a3.pdf>

PETIT, Pere. **Chão de Promessas: Elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003

_____. **História regional, política, economia e território no Estado do Pará**. Universidade Federal do Pará, 1999

PUENTES, Alarcón & GAVÍDIA, J. L. Mozant. “História e Historiografia: construção de novas tendências teóricas”. In: Gilson Pôrto Jr. (org.), **História do Tempo Presente**. São Paulo: Edusc, 2007, pp. 297-309

RAFFESTIN, Claude. “Uma concepção de território, territorialidade e paisagem”, in: PEREIRA, Silvia Regina, COSTA, Benhur Pinos da & SOUZA, Edson Belo Clemente de (org.) **Teorias e práticas territoriais: análises espaços-temporais**, São Paulo. Expressão Popular, 2010. p. 13-24

RATZEL, F. **Antropogeographie/ Grundzüge der Anwendung der Erdkunde auf die Geschichte**. Stuttgart: J, Engelhorn, 1909.

_____. **Géographie Politique**. Paris, Economica, 1988[1897]

RIBEIRO, Guilherme. Para ler geografia ou a geografia segundo Lucien Febvre. in: **Terra Livre** - n. 32 (1), 2009, p. 121-13

RÜSEN, Jörn. “Metodologia – As regras da pesquisa histórica” e “A plenitude da pesquisa na historiografia”. In: **Reconstrução do passado**. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UNB, 1ª reimpressão, 2007, PP. 101-172

SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo, Cia das Letras, 1996

TURNER, Frederick Jackson. “The Significance of the Frontier in American History”. In: **The Frontier in American History**. New York: Dove, 1996, capturado de <http://xroads.virginia.edu/~hyper/turner/> em 02/11/2011

WEGNER, Robert. **A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

WORSTER, Donald. **Rivers of empire: Water, aridity, and the growth of the American West**. Oxford University Press, USA, 1992.

SOBRE O AUTOR

Professor da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA) e da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA), inserida na linha de pesquisa Etnicidade e territorialidades: usos e representações. Mestrado em História pela UFPA e graduação em História pela Escola Superior Madre Celeste. Atuando no ensino e pesquisa de História e Educação Especial e Inclusiva. Membro do Grupo de Pesquisa HINDIA/UFPA.

E-mail: rafaelamaros@yahoo.com.br

Recebido: 03/01/2019

Aprovado: 24/02/2019